

HABEAS CORPUS Nº 500.895 - ES (2019/0086836-1)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : D DA C R (INTERNADO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de D. DA C. R., apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO que negou provimento ao recurso de apelação, por acórdão assim ementado (fl. 11):

APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO. ABSOLVIÇÃO. SUBSTITUIÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. GRAVE AMEAÇA. IMPROVIDO. 1. Não há controvérsias quanto a materialidade e a autoria do ato infracional em apreço. 2. Em que pese a negativa de autoria em juízo por ambos os representados, afere-se dos depoimentos dos Apelantes na esfera policial, uma extensa descrição sobre o crime, bem como sua trajetória, o que, corroborado por todo o acervo probatório, tornou cabalmente comprovada a autoria e a materialidade do ato infracional. 3. Reputo coesa e cabível a medida Internação aos Apelantes. Isso porque, de acordo com o art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, tal medida será aplicada quando o ato infracional for cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável de medidas anteriormente exposta. 4. O ato infracional cometido pelos adolescentes se reveste de significativa gravidade, visto que utilizaram uma faca para ameaçar a vítima, não devendo a reprovabilidade e ofensividade da conduta serem minimizadas. 5. Recursos conhecidos e improvidos.

O paciente teve contra si julgada procedente representação pela prática de ato infracional equiparado ao crime tipificado no art. 157, §2º, I e II, do Código Penal, sendo-lhe aplicada medida socioeducativa de internação.

No presente *writ*, a impetrante alega que o paciente sofre constrangimento ilegal, haja vista que foi condenado exclusivamente com base em elementos colhidos no inquérito policial, em afronta ao disposto no art. 155 do CPP. Aduz que o reconhecimento do paciente não foi realizado conforme as regras do art. 226 do CPP.

Requer a concessão da ordem para *a suspensão do acórdão até o julgamento do presente writ; e, ao final, seja concedida a ordem de Habeas Corpus, confirmando-se a liminar concedida, para anular o acórdão em vista*

da ausência de fundamentação válida para sustentar a restauração de medida socioeducativa de internação, observadas as demais formalidades (fl. 9).

Indeferida a liminar e, prestadas as informações, manifestou-se o Ministério Público Federal pela denegação da ordem.

É o relatório.

DECIDO.

No presente *writ*, a impetrante alega que o paciente sofre constrangimento ilegal, haja vista que foi condenado exclusivamente com base em elementos colhidos no inquérito policial, em afronta ao disposto no art. 155 do CPP. Aduz que o reconhecimento do paciente não foi realizado conforme as regras do art. 226 do CPP.

Requer a concessão da ordem para *a suspensão do acórdão até o julgamento do presente writ; e, ao final, seja concedida a ordem de Habeas Corpus, confirmando-se a liminar concedida, para anular o acórdão em vista da ausência de fundamentação válida para sustentar a restauração de medida socioeducativa de internação, observadas as demais formalidades (fl. 9).*

Depreende-se dos autos que o paciente foi representado pela prática do ato infracional análogo ao crime de roubo majorado, previsto no artigo art. 157, §2º, I e II, do Código Penal, vindo a ser aplicada, após instrução criminal, a medida socioeducativa de internação.

Inconformado, o paciente interpôs recurso de apelação, pugnando por sua absolvição, em razão da fragilidade do conjunto probatório.

Subsidiariamente, buscou o abrandamento da medida socioeducativa para a de liberdade assistida.

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Espírito negou provimento ao recurso defensivo, mantendo a sentença de piso em sua integralidade.

A questão a ser analisada cinge-se na ausência de prova suficiente para condenação.

O Tribunal de origem assim se manifestou sobre o ponto (fls. 13/14):

[...]

Entretanto, em que pese as r. fundamentações, **entendo não haver controvérsias quanto a materialidade e a autoria do ato infracional em apreço. Isso porque, denota-se dos autos que ambas foram cabalmente demonstradas conforme se extrai do Boletim de Ocorrência Circunstanciado nº 14/2015 (fls. 05/07), do Auto de Reconhecimento Fotográfico (fls. 51) do depoimento dos Policiais Militares, principalmente de Laercio Campostrini de Souza, em juízo (fls. 124), dos Informante Tayson Gomes dos Santos (fls. 20/23), John Brucele Marcelino de Jesus (fls. 30), Daniel dos Santos Vieira (fls. 32/33),**

Eduardo Vieira Caetano (fls. 36/37), bem como da confissão dos recorrentes Bruçwylys Marcelino de Jesus (fls. 26/27) e Daniel da Conceição Ribeiro (fls. 40/42) e da vítima, Geny Bertolani dos Anjos (fls. 49/50). Vejamos:

"Que quanto ao roubo em desfavor de Geni BU nº 25675217 o informante afirma ter cometido; Que DANIEL CONCEIÇÃO chamou o informante para cometer o assalto tendo o convite sido aceito; (...) Que o informante acredita ter ficado com aproximadamente R\$ 200,00 (duzentos reais), subtraídos de Geni; Que Daniel anunciou o assalto e utilizou uma faca de 'serrinha' Que o informante ficou ao lado dele, ajudando no roubo" (...). (Declaração prestada por Bruçwylys Marcelino de Jesus perante a 13ª Delegacia Regional de Aracruz, às fls. 26 e 27).

"Que quanto aos fatos constantes do BU nº 25675217 o informante confirma ser um dos autores do roubo; Que cometeu tal crime na companhia de BRUÇWYLYS MARCELINO DE JESUS, irmão de JHON BRUCELE; Que sabiam que a Sra. Geni é funcionária da Águia Branca e fica com dinheiro na bolsa, pois ela vende passagens em Jacupemba; Que o informante e seu colega queriam arranjar dinheiro para poder 'curtir' na festa de Exposição em Aracruz" (...) (Declaração prestada por Daniel de Conceição Ribeiro perante a 13ª Delegacia Regional de Aracruz, às fls. 40 a 42).

"Que apresentada a fotografia de BRUÇWYLYS MARCELINO DE JESUS, a declarante reconhece como sendo o autor do supracitado roubo, e também, apresentada a fotografia de DANIEL CONCEIÇÃO RIBEIRO, não sabe identificar com exatidão, se o referido indivíduo era comparsa de BRUÇWYLYS no dia do crime, mas informa que as características de Daniel são semelhantes as do suposto comparsa" (...). (Declaração prestada por Geny Bertolani dos Anjos perante a 13ª Delegacia Regional de Aracruz, às fls. 49 e 50).

"Que foram feitos vários questionamentos, sendo que BRUÇWYLLYS e DANIEL confessaram o autoria do roubo contra a funcionária da Águia Branca; Que eles, inclusive, confirmaram a dinâmica do assalto, mencionando sobre o uso de uma faca e sobre a fuga por um rio; Que esta confissão foi feita, inclusive, na presença dos responsáveis" (...) (Declaração prestada por Laércio Campostrini de Souza perante a Vara de Infância e Juventude da Comarca de Aracruz, às fls. 124).

Portanto, em que pese a negativa de autoria em juízo por ambos os representados, esta não merece prosperar. **Isso porque, afere-se dos depoimentos dos Apelantes na esfera policial, uma extensa descrição sobre o crime, bem como sua trajetória, o que, corroborado por todo o acervo probatório, tornou cabalmente comprovada a autoria e a materialidade do ato infracional análogo ao crime de roubo majorado.**

Ademais, indispensável mencionar a valia probatória do depoimento da vítima em sede policial, relatando de forma segura e coerente os fatos, o que se sobrepõem à negativa de autoria de ambos os Apelantes.

Com relação ao depoimento da vítima em juízo negando a autoria dos Apelantes, entendo que deve ser desconsiderado, uma vez que relata que fora coagida pelo pai de Bruçwylys, senhor Jorge de Jesus (fls. 115)

para inocentar o menor. Vejamos:

"Que a declarante foi procurada pelo genitor de Bruçwylys, de nome Jorge, tendo ele lhe procurado em seu trabalho e solicitado que viesse para o fórum no dia da primeira audiência para dizer que seu filho não tinha nenhuma participação no ato; Que a declarante se negou a acompanhá-lo, tendo em vista que não tinha ninguém para rendê-la no trabalho e que não compareceria a partir de um pedido 'de boca'; Que o pai de Bruçwylys ficou bravo com a negativa da declarante de comparecer ao fórum; (...) (Declaração prestada por Geny Bertolani dos Anjos perante a Vara de Infância e Juventude da Comarca de Aracruz, às fls. 115). [...].

Como se vê, as instâncias ordinárias, soberanas na análise do conjunto fático-probatório dos autos, reconheceram a existência de elementos de prova suficientes para embasar a representação pela prática do ato infracional análogo ao crime de roubo majorado, ao registrar que *afere-se dos depoimentos dos Apelantes na esfera policial, uma extensa descrição sobre o crime, bem como sua trajetória, o que, corroborado por todo o acervo probatório, tornou cabalmente comprovada a autoria e a materialidade do ato infracional análogo ao crime de roubo majorado.*

Além disso, restou consignado a valoração de provas inclusive na fase judicial, e mencionou o depoimento da vítima em sede policial, *relatando de forma segura e coerente os fatos, o que se sobrepõem à negativa de autoria de ambos os Apelantes*, ressaltando que somente não foi confirmado em juízo em razão de ameaça proferida pelo genitor do paciente em face da vítima.

Nesse contexto, para rever o entendimento alcançado pela Corte *a quo*, necessário seria o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, incabível na via estreita do *habeas corpus*. Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DO ART. 244-A DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. TESE DE AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA DELITIVA E DE INEXISTÊNCIA DE TENTATIVA. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE NA VIA ESTREITA DO WRIT, OU DO RECURSO ORDINÁRIO QUE LHE FAZ AS VEZES. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ALEGADA ATIPICIDADE DA CONDUTA. INEXISTÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NO MAIS, DESPROVIDO.

1. Teses referentes à ausência de indícios de autoria delitiva e de não ocorrência de tentativa não comportam conhecimento, pois demandam inolvidável incursão em matéria fático-probatória, operação sabidamente inviável na via estreita do habeas corpus, ou do recurso ordinário que lhe faça as vezes.

2. O trancamento da ação penal pela via de habeas corpus é medida de

exceção, que só é admissível quando emerge dos autos, de forma inequívoca, a inocência do acusado, a atipicidade da conduta ou a extinção da punibilidade.

3. A denúncia descreve, com todos os elementos indispensáveis, previstos no art. 41 do Código de Processo Penal, a existência de crime em tese, bem como a respectiva autoria, com indícios suficientes para a deflagração da persecução penal, possibilitando ao acusado o pleno exercício do direito de defesa.

4. No processo penal, o acusado defende-se dos fatos narrados na inicial acusatória, e não da capitulação nela contida, podendo o Juízo sentenciante atribuir a tais fatos definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave, nos termos do art. 383 do Código de Processo Penal.

5. Recurso parcialmente conhecido e, no mais, desprovido.

(RHC 33.814/PA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 17/02/2014)

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE ROUBO. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. INTERNAÇÃO. NEGATIVA DE AUTORIA. DECISÃO QUE APONTA PROVA SUFICIENTE PARA EMBASAR A REPRESENTAÇÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CABIMENTO. GRAVE AMEAÇA À PESSOA. REITERAÇÃO DE ATOS INFRACIONAIS GRAVES. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. A Corte de origem reconheceu a existência de elementos de prova suficientes para embasar a representação pela prática do ato infracional análogo ao crime de roubo. Assim, a mudança da conclusão alcançada no acórdão impugnado, de modo a absolver o paciente, demandaria necessário reexame de todo o conjunto fático-probatório, o que é vedado na via estreita do habeas corpus.

2. Nos crimes patrimoniais, a palavra da vítima deverá prevalecer, se em consonância com as demais provas dos autos, como na hipótese em tela.

3. A imposição da medida de internação foi fundamentada na prática de ato infracional equiparado ao crime de roubo, que possui em suas elementares violência e grave ameaça o que autoriza a medida, ex vi do disposto no artigo 122, I, do ECA, bem como na reiteração na prática de atos infracionais e no descumprido de medida socioeducativa anteriormente aplicada.

4. Habeas corpus denegado.

(HC 461.477/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 05/11/2018)

Por fim, a alegação de que não foi observada a disposição do art. 226 do CPP, por ocasião do reconhecimento do menor, sequer foi analisada pelo Tribunal de origem, o que obsta seu exame por essa Corte Superior sob pena de

supressão de instância.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

